

XIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

24 de Janeiro de 2025

ESTUDO ACERCA DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO EM PROTOCOLOS DE SAÚDE PÚBLICA VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Laura Ciccheto Forner (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Pietra Martellosso Cardoso (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Gláucia Valéria Pinheiro de Brida (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: ra129448@uem.br
ra130333@uem.br

Palavras-chave: Violência Sexual. Políticas Sociais. Ministério da Saúde. Saúde Reprodutiva.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um problema de saúde pública e violação de direitos humanos, cujo enfrentamento envolve diversos setores das políticas públicas, tais como: Justiça, Assistência Social, Saúde e Segurança Pública. Na segunda metade do século XX, o Brasil participou de Convenções e Tratados Internacionais, em que assumiu o compromisso de combater discriminações, estereótipos de gênero e atos de violência contra as mulheres. Dentre esses documentos, estão a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) realizada em 1979, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995 (Medeiros; Zanello, 2018).

Nesse contexto, de acordo com a Carta de Belém do Pará, entende-se por violência contra as mulheres todas as práticas que podem causar dano, sofrimento – físico, psicológico ou sexual – e até morte, com base no gênero (Brasil, 1996). No Brasil, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, os feminicídios cresceram 6,1% desde 2022, o que significa 1.437 mulheres mortas apenas por serem mulheres. Essa realidade, evidenciada nos números de feminicídios, ressalta que as consequências dessa violência impactam diretamente a saúde pública, que provoca lesões e, por vezes, até morte. Nessa perspectiva, uma vez que a violência contra as mulheres gera impactos significativos na saúde e se configura como uma violência baseada no gênero, o objetivo deste estudo é

XIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

24 de Janeiro de 2025

compreender a transversalidade de gênero em protocolos voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência no campo da saúde pública.

MÉTODO

Buscando analisar a temática proposta, conforme descrito por Antônio Carlos Gil (2002), a presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória, que visa principalmente o refinamento de conceitos ou a descoberta de intuições, e foi realizada em duas etapas, a partir de documentos oficiais. A pesquisa documental fundamenta-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reestruturados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2002).

Na primeira etapa da pesquisa, consistiu no levantamento e seleção de cartas, portarias, protocolos e notas técnicas públicas Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Paraná (SESA) e da Secretaria Municipal de Saúde de Maringá, que regulamentam o atendimento a mulheres em situação de violência. Ao todo, foram encontrados 22 materiais relacionados à saúde da mulher. Dentre esses, 12 atendem ao critério de inclusão da pesquisa, que foca no atendimento à mulher em situação de violência.

Na segunda etapa foi realizada a leitura dos documentos levantados e a análise de discurso, em que buscou-se identificar a transversalidade de gênero no material levantado. A análise de discurso consiste em explorar não apenas as palavras utilizadas pelos autores, mas também os padrões linguísticos, as estruturas narrativas e os contextos sociais em que os textos são inseridos. Estes sentidos foram analisados e sistematizados a partir do referencial teórico dos estudos de gênero, por meio dos conceitos: gênero, interseccionalidade e violência contra a mulher.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na pesquisa documental, foram selecionados e analisados 12 documentos, os quais incluem portarias, notas técnicas, resoluções, cartilhas e protocolos que tratam do atendimento a mulheres em situação de violência. Quanto à transversalidade de gênero, os dados analisados foram sistematizados em duas categorias de análise: 1º) Ênfase na saúde reprodutiva; e 2º) Prevenção e atendimento da violência doméstica.

Na primeira categoria, identificamos 9 documentos que tratam especificamente de protocolos ligados à saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. A saúde reprodutiva feminina

XIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

24 de Janeiro de 2025

abrange questões relacionadas à gravidez e parto. Já os direitos reprodutivos referem-se ao conjunto de direitos que garantem a todos os indivíduos o acesso a serviços de saúde, educação, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e liberdade de tomar decisões sobre sua saúde reprodutiva. Esses direitos são fundamentais para certificar que indivíduos possam exercer controle sobre sua própria reprodução e sexualidade (Telo e Witt, 2018).

À vista disso, dentro dos materiais contemplados nessa categoria, identificamos que quando se trata de mulheres em situação de violência, as normas técnicas e protocolos estabelecidos pelos órgãos de saúde em nível municipal, estadual e nacional oferecem orientações apenas no âmbito da violência sexual e suas consequências na saúde reprodutiva na perspectiva biomédica. Nesse sentido, isso revela a primeira lacuna na implementação de políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência, que embora seja um aspecto importante, esse foco biomédico acaba deslocando orientações de saúde reprodutiva para o atendimento em situação de violência, em alinhamento com as conclusões de Medeiros e Zanello (2018).

Ademais, a nota técnica N° 2/2024 sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - ‘Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos’, publicada pelo Ministério da saúde, é possível notar uma abordagem que poderia ser vista como um passo em direção à transversalidade de gênero, mas não se trata de uma aplicação completa desse conceito. Conforme salienta Strey e Pulcherio (2010), a transversalidade de gênero implica na integração contínua de uma perspectiva de gênero em todas as políticas e ações, garantindo que as questões de gênero sejam consideradas em todas as etapas de planejamento, implementação e avaliação desses documentos.

Posto isso, ao decorrer dessa categoria, buscamos enfatizar os desafios relacionados à falta de integração de uma perspectiva de gênero e a necessidade de ampliar essas orientações para garantir que as mulheres em situação de violência tenham pleno acesso não apenas aos seus direitos reprodutivos, mas também a outros direitos fundamentais, como o acesso à saúde integral, à segurança e o amparo social considerando outras políticas públicas.

Na categoria de análise “Prevenção e atendimento da violência doméstica”, apenas 3 textos abordam a violência contra a mulher com foco específico em orientações relacionadas à prevenção e atendimento a violência doméstica. Trata-se de uma questão que impacta profundamente a saúde das mulheres, sendo assim, os textos apresentam qual a definição e tipos de violência doméstica, descreve normativas sobre legislações de proteção e estratégias

XIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

24 de Janeiro de 2025

de prevenção, abordando o papel dos serviços de saúde e a importância do treinamento dos profissionais na área.

Além disso, no decorrer da categoria é apresentado uma linguagem técnica com enfoque biologicista sobre várias informações a respeito da saúde das mulheres, avaliando sintomas e orientando algumas medidas sobre as queixas em saúde da mulher, como a prevenção do câncer de mama e do colo do útero, cuidados pré-natais, amamentação, puerpério, além de enfatizar o atendimento de mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica/intrafamiliar.

Entretanto, ao destacar o “Protocolos da atenção básica - saúde das mulheres”, publicado pelo ministério da saúde (Brasil, 2016), notamos uma mudança gradativa, onde os órgãos brasileiros começaram a entender a violência contra mulher como ampla e complexa, fazendo menção a transversalidade de gênero. Assim, notamos um esforço inicial para incorporar como eixo importante para se olhar a violência os debates interseccionais e as desigualdades de gênero, em concordância com os estudos Medeiros e Zanello (2018).

Portanto, após a leitura e análise das 12 publicações, e retomando o objetivo central de compreender a transversalidade de gênero em protocolos voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência no campo da saúde pública, observamos que às questões sobre desigualdade de gênero e sua interseccionalidade com os marcadores sociais de sexualidade foram abordados de maneira evidente apenas no documento: *Protocolos da atenção básica - saúde das mulheres*, publicado pelo ministério da saúde em 2016.

Por outro lado, o que persiste predominantemente nos documentos analisados é uma perspectiva voltada para a oferta de um atendimento humanizado e muito centrado no modelo biomédico. Observamos que no período anterior a 2015/2016, o foco principal residia em garantir o respeito e um atendimento humanizado, o que é sem dúvidas muito importante, mas que desconsidera reflexões sobre desigualdades de gênero na intersecção com outros marcadores sociais como raça, classe social, orientação sexual, entre outros.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996.** Regulamentações da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 ago. 1996.

XIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

24 de Janeiro de 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica N° 2/2024: Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência – Prevenção da gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: saúde das mulheres, saúde das crianças, saúde do adolescente, saúde do homem, saúde da pessoa idosa e saúde bucal.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

GIL, Antônio Carlos, 2002- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, abr. 2018.

STREY, Marlene Neves; PULCHERIO, Gilda. As tramas de gênero na saúde. In: Gênero e saúde: diálogos ibero-brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

TELO, Shana Vieira; WITT, Regina Rigatto. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3481-3490, 2018.